

ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Rafael Valladão¹
Aline de Oliveira Souza²
Flaviane Marques de Souza³

RESUMO

O artigo 3º do Decreto Federal Nº 914 de 1993 define a pessoa com deficiência como aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. E que gerem incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano. A pesquisa objetivou analisar a inclusão social e oferta de atividades esportivas e de lazer, assim como a acessibilidade aos equipamentos esportivos da cidade do Rio de Janeiro às pessoas com deficiência. O estudo concluiu que a implantação de projetos e programas sociais de esporte e lazer, com a perspectiva de inclusão social para pessoas com deficiência, se faz urgente. Tendo em vista a grande quantidade de pessoas com deficiência (828 mil) no município do Rio de Janeiro, segundo o Censo Demográfico do IBGE, de 2000, e que apenas 1.612 destas pessoas são atendidas.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte. Lazer. Pessoa com deficiência.

SPORTS AND LEISURE FOR PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

Article 3 of Federal Decree No. 914 of 1993 defines a person with a disability as one who permanently presents losses or abnormalities in their psychological, physiological or anatomical structure or function. And they generate inability to perform activity within the standard considered normal for the human being. The research aimed to analyze the social inclusion and offer of sports and leisure activities, as well as accessibility to sports equipment in the city of Rio de Janeiro to people with disabilities. The study concluded that the implementation of projects and social programs of sport and leisure, with the perspective of social inclusion for people with disabilities, becomes urgent. Considering the large number of people with disabilities (828 thousand) in the city of Rio de Janeiro, according to the 2000 IBGE Demographic Census, and that only 1,612 of these people are cared for

KEYWORDS: Sport. Recreation. Disabled person.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: rafaelvalladao1@gmail.com

^{1, 2, 3} Especialistas em Elaboração e Gestão de Projetos Socioesportivos pela Universidade Castelo Branco (UCB). Graduados em Educação Física pela UCB.

INTRODUÇÃO

A pessoa com deficiência (PCD) é definida no artigo 3º do Decreto Federal Nº 914 de 1993, como aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gerem incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (AZEVEDO e BARROS, 2004).

Historicamente o acesso ao esporte pelos indivíduos portadores de deficiência sempre foi limitado por barreiras estruturais, de equipamentos e, essencialmente, de ordem social. Em 1978, a Carta Internacional da Educação Física e Desportos, proclamada na 20ª Conferência Geral da ONU para Educação, Ciência e Cultura enfatizou que a prática da Educação Física e do esporte é um direito fundamental de todos e que deveriam ser oferecidas oportunidades especiais de prática às pessoas muito jovens, idosas ou com algum tipo de deficiência ou enfermidade limitante, para tornar possível o desenvolvimento integral de sua personalidade, através de programas adaptados às suas necessidades.

No Brasil, Tubino (1996) constatou que a prática de esportes para pessoas com deficiência foi incrementada apenas no fim da década de 1980. Mais tarde, em 1999 o Decreto nº 3298, institui a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência estabelecendo que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta específicos devem priorizar a viabilização de estímulos aos meios que facilitem o exercício de atividades desportivas entre a pessoa portadora de deficiência e suas entidades representativas; acessibilidade às instalações desportivas nos estabelecimentos de ensino; inclusão de atividades desportivas para pessoa portadora de deficiência na prática da educação física ministrada nas instituições de ensino. (AZEVEDO e BARROS, 2004).

Neste sentido, a pesquisa objetivou analisar a inclusão social e oferta de atividades esportivas e de lazer, assim como a acessibilidade aos equipamentos esportivos da cidade do Rio de Janeiro às PCDs.

ESPORTE E LAZER NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL

No que se refere especificamente ao Rio de Janeiro, o município norteia suas ações direcionadas à pessoa com deficiência pelas diretrizes das políticas públicas definidas na Resolução SMEL nº 025/2001. Tal resolução estabelece uma política de inclusão social, por meio da prática saudável de atividades físicas e de lazer, com objetivo de proporcionar

melhor qualidade de vida, tendo como um dos vetores de atuação a inclusão social das pessoas com deficiência. Esta resolução é colocada em prática nas Vilas Olímpicas (V.O.) e parques de lazer. A cidade dispõe atualmente de 12 V.O. e parques de lazer mais um centro de atendimento específico à PCD, localizados em bairros distintos, a maioria deles com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Nestes espaços é disponibilizado à população gratuitamente a prática de variadas modalidades esportivas e de lazer de maneira segura e confortável, com equipamentos de boa qualidade e profissionais capacitados (SMEL, 2008).

Segundo o censo do IBGE (2000) no município do Rio de Janeiro existem 828 mil pessoas com deficiência, considerando a divisão do Rio de Janeiro por Áreas de Planejamento (AP), 4% das PCDs encontram-se na AP1, 10% na AP4, 16% na AP2, seguida de 27 e 43% das APs 5 e 3 respectivamente.

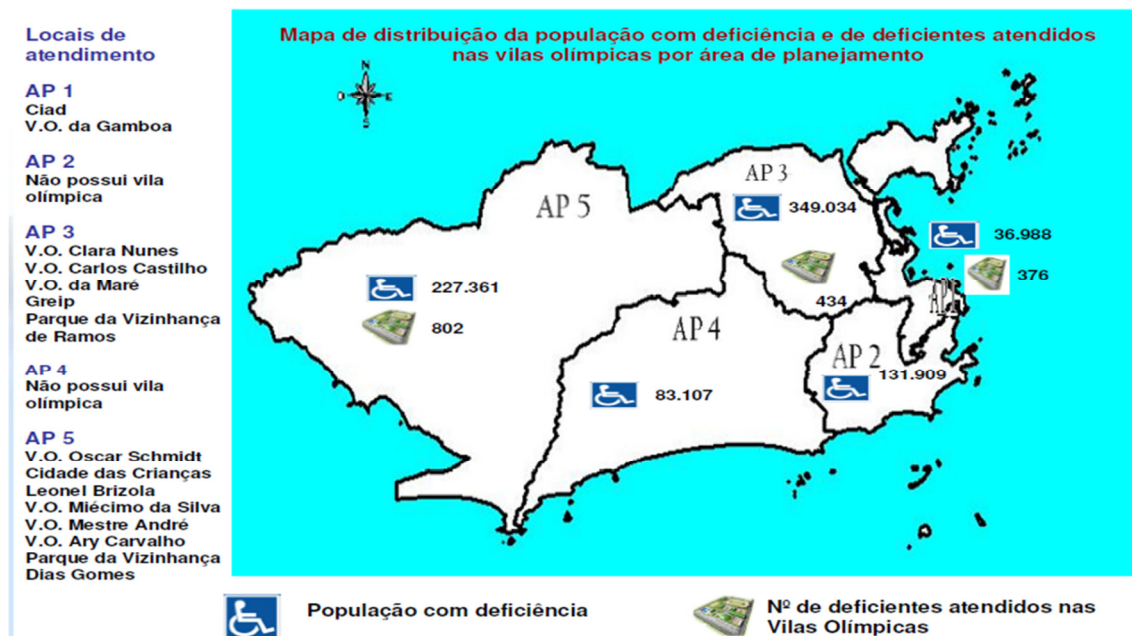


Figura 1 – Mapa de distribuição das PCDs atendidas nas V.O. por AP.

Nota-se no mapa que dos 13 equipamentos públicos municipais, 2 se localizam na AP1, 5 na AP3 e 6 na AP5, as APs 2 e 4 não possuem núcleos. Até dezembro de 2008 o maior número de atendimentos a PCD foi realizado na AP5 (802), seguida da AP 3 que atende 434 e da AP 1 com 376 beneficiários.

Atualmente as perspectivas de inclusão social estão em evidência, principalmente no que se refere as pessoas com deficiência (PCD). Estas ao longo dos anos vivenciaram um período de obscurantismo, reclusão e exclusão da sociedade, realidade que se modificou com o término da Segunda Guerra Mundial quando este grupo cresceu e passou a exigir uma

postura diferente dos governos, iniciaram então mobilizações sociais pelo mundo visando garantir o acesso aos direitos fundamentais destes, que além de enfrentar as dificuldades impostas pela própria deficiência precisam superar preconceitos, péssimas condições de acessibilidade a bens e serviços e de oportunidade para participarem ativamente da vida social.

O sociólogo Zygmunt Bauman (1998) caracterizou a modernidade pela busca da segurança através da promoção de uma suposta uniformidade, eliminando-se as diferenças. Para tal, se estabelece um movimento de inclusão e exclusão social buscando a separação da verdade e da falsidade, do bem e do mal, da beleza e da feiúra, no qual o outro da ordem representa a negatividade. Nesse contexto, tudo que escapa à inequívoca localização representa uma anomalia e um desafio. É aplicado então, o conceito de "estigma" quando uma característica observável de determinado grupo de pessoas é interpretada como um sinal visível de falha, mancha, inferior e indesejável e perigosa, enfatizando assim a diferença e justificando uma permanente exclusão.

No cenário atual, entretanto um novo paradigma está surgindo, considerando a diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos fazendo com que cada vez mais a diversidade seja vista como algo natural. Considera-se então o termo inclusão ao referir-se a uma sociedade que trata todos os seus membros como cidadãos legítimos.

Surgiram então várias legislações com o objetivo de promover a inclusão deste grupo, como por exemplo, o Decreto Federal Brasileiro 914 de 1993 que preconiza a inclusão das pessoas com deficiência, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, à edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer.

A inclusão social é o alcance de um padrão mínimo que garantiria ao universo das quatro utopias básicas (AZEVEDO e BARROS, 2004): qualidade de vida, autonomia de renda, desenvolvimento humano e equidade.

As atividades físicas e esportivas para PCD buscam promover uma sociedade que aceite e respeite as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (CIDADE e FREITAS, 2002), contribuindo assim para a inclusão destes. Além de ser uma possibilidade de inclusão social, destacam diversos benefícios, tais como:

- Melhoria e desenvolvimento de auto-estima, auto-valorização e auto-imagem;
- O estímulo à independência, autonomia e a socialização com outros grupos;

- A experiência com suas possibilidades, potencialidades e limitações;
- Desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas;
- Melhoria das condições organo-funcional;
- Aprimoramento da coordenação motora global, ritmo, equilíbrio estático e dinâmico, força e resistência muscular global;
- Prevenção de deficiências secundárias; manutenção e promoção da saúde e condição física;
- Desenvolvimento de habilidades motoras e funcionais para melhor realização das atividades de vida diária;
- A possibilidade de acesso à prática do esporte como lazer, reabilitação e competição, e motivação para atividades futuras (MELO e LOPEZ, 2002).

Segundo o censo do IBGE (2000) no município do Rio de Janeiro, 828 mil possuem algum tipo de deficiência. Entendendo que o esporte configura uma importante ferramenta de inclusão social, pois oferece ampla gama de benefícios educacionais e biopsicosociais aos praticantes, a Prefeitura do Rio de Janeiro atende a uma parcela deste grupo (1.612 PCD), nos equipamentos esportivos e de lazer públicos (Vilas Olímpicas e Parques) onde são oferecidas atividades físicas adaptadas (SMEL, 2008).

Segundo a Secretaria Municipal do Rio de Janeiro (SMEL, 2008), baseado nos relatórios de 2008, constata-se que o atendimento as pessoas com deficiência nos equipamentos públicos pode ser potencializado tanto quantitativamente quanto qualitativamente, adequando a oferta a demanda, de acordo com a divisão do município em áreas de planejamento, uma vez que, por exemplo, a maioria da população é deficiente visual, entretanto os deficientes intelectuais são os mais atendidos (como pode ser observado no gráfico abaixo). Além de buscar efetivamente proporcionar a inclusão delas em todas as atividades oferecidas.

TIPOS DE DEFICIÊNCIA

A pessoa com deficiência (PCD) pode ser definida como aquela que apresenta, em caráter permanente, deficiência fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade, total ou parcial para o desempenho de atividade dentro de um padrão considerado normal para o ser humano (AZEVEDO e BARROS, 2004).

Porém, dentro do universo da deficiência encontra-se ainda uma diversidade de tipos, características e sequelas peculiares, causadas por diversos fatores que são incorporados e organizados no esporte para PCD (FREITAS, 2004). Nesse sentido, será apresentada a seguir a categorização das deficiências conforme foi utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para realização do Censo Demográfico.

1. Deficiência mental: o retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível, que se caracteriza por dificuldades ou limitações intelectuais associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, autodeterminação, cuidados com saúde e segurança, aprendizagem, lazer, trabalho etc.
2. Deficiência física: abrangeu os seguintes tipos de paralisia: permanente total de ambos os braços e pernas; permanente das pernas; permanente de um dos lados do corpo e a falta de perna, braço, mão, pé ou do dedo polegar ou a falta de parte da perna ou braço.
3. Deficiência visual: feita com o uso de óculos ou lentes de contato, no caso de a pessoa utilizá-los, a classificação foi: incapaz de enxergar (a pessoa se declarou totalmente cega); grande dificuldade permanente de enxergar; alguma dificuldade permanente de enxergar.
4. Deficiência auditiva: feita com o uso de aparelho auditivo, no caso de a pessoa utilizá-lo, a classificação foi: incapaz de ouvir (a pessoa se declarou totalmente surda); grande dificuldade permanente de ouvir; alguma dificuldade permanente de ouvir.
5. Deficiência motora (no caminhar): feita com o uso de prótese, bengala, ou aparelho auxiliar, no caso da pessoa utilizá-lo a classificação foi: incapaz de caminhar ou subir escadas (a pessoa se declarou incapaz de caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, por deficiência motora); grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas; alguma dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas.

No levantamento do IBGE, em 2000, na cidade do Rio de Janeiro, foi constatado que dos 5,8 milhões de cariocas, 828 mil são portadores de alguma deficiência, ou seja, 14,8% da população.

A NECESSIDADE DO ESPORTE E LAZER PARA A PCD

Numa entrevista a Agência Brasil em 2007, a responsável de uma pessoa com deficiência, praticante de atividade adaptada em uma das V.O., elogia o trabalho, porém relata que em sua opinião é pouco divulgado. Ivaldo Brandão, presidente da Associação Nacional de Desporto para Deficientes (Ande), acrescenta que além da falta de informação outra dificuldade de acesso é a precariedade do transporte coletivo, Mauro Oliveira, um dos coordenadores técnicos de esporte adaptado da prefeitura, concorda e declara que condições de acessibilidade são imprescindíveis para inclusão dessas pessoas.

De acordo com Azevedo e Barros (2004), os serviços para deficientes podem estar disponíveis, mas nem sempre estão acessíveis, porque muitas vezes para ter acesso o deficiente precisa de informações que não estão ao seu alcance, tais como: saber qual o serviço é mais adequado ao seu caso, que instituição presta este serviço, o que é preciso fazer para obter este serviço e chegar ao local para obter o serviço. Mauro Oliveira afirma que

O esporte melhora a condição física e psicológica de quem tem algum tipo de deficiência e contribui para a transformação de valores da sociedade. A partir do momento em que os professores e alunos convencionais começam a conviver com os deficientes, eles percebem que não precisa tratar diferente. As pessoas têm preconceito porque elas não têm informação, não sabem que um deficiente pode fazer natação, atletismo e outros esportes como qualquer um. (BANDEIRA, 2007 p. 2).

Freitas (2004) relata que o esporte adaptado, como prática social, propicia oportunidades de informação e possibilidades que estimulam indivíduos a compor grupos, assim contribui para que o deficiente reconstrua sua identidade.

É considerada atividade esportiva inclusiva toda aquela que considerando as potencialidades e limitações de seus praticantes, proporcione a efetiva participação destes e, por conseguinte o desenvolvimento de suas potencialidades. Para desenvolver este trabalho é fundamental conhecer as características do deficiente, sua relação com a atividade e com os praticantes e qual o significado desta prática.

Segundo Pedrinelli [s.d] o universo de possibilidades é amplo e será definido pela vontade e necessidade do praticante.

Melo e Lopez (2002) acrescentam que a escolha pela modalidade, depende entre outros fatores, das oportunidades oferecidas, da condição sócio-econômica, das suas limitações e potencialidades, das preferências esportivas, da facilidade nos meios de locomoção e transporte, de materiais e locais adequados, do estímulo e apoio da família e de profissionais capacitados.

Os mesmos autores afirmam que a realização de atividades físicas, esportivas e de lazer com deficientes devem ser bem orientadas para evitar acidentes, o professor tem que estar atento para auxiliar quando necessário e os objetivos devem ser redefinidos pra adequar as necessidades. Pedrinelli [s.d] acrescenta que é imprescindível ressignificar a diferença, olhar para ela e não perceber a limitação ou a desvantagem e sim as capacidades.

No transcurso da implementação e realização de um projeto nesse contexto e, principalmente após o término deste (passado pelo menos um ano de sua conclusão), deverá ser realizado um estudo de impacto, havendo mapeamento dos resultados obtidos com as ações desenvolvidas em comparação aos objetivos traçados. A avaliação de impacto é a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas, positivas ou negativas, planejadas ou não nas vidas das pessoas e ocasionada por determinada ação ou série de ações (ROCHE, 2002).

Listamos abaixo os impactos positivos e negativos, advindos de possível implementação de projeto socioesportivo para as PCD nas Vilas Olímpicas e Parques da cidade do Rio de Janeiro. Levando em consideração tais fatores, os autores desta pesquisa recomendam que sejam tomadas as devidas providências e observadas as consequências da implementação de um projeto.

IMPACTOS ESPERADOS EM PROJETOS SOCIOESPORTIVOS

1. Estimular atividades diversificadas com características de esporte, cultura e lazer nas Vilas Olímpicas.

Positivos:

- Melhoria da qualidade de vida dos PCDs beneficiários do projeto no que se refere à ampliação das vivências esportivas e de lazer, descobrindo suas potencialidades e elevando a satisfação consigo mesmo;
- Valorização da troca de informações e hábitos culturais entre as PCD;
- Aumento da utilização regular do espaço público;

Negativos:

- Aumento da demanda de alunos acima da capacidade dos equipamentos.

2. Viabilizar o acesso das PCD ao equipamento de Esporte e Lazer por meio do transporte coletivo.

Positivos:

- Aumento da frota de ônibus adaptado no raio de ação dos equipamentos e vilas olímpicas;
- Percepção do direito de acesso à serviços em prol do bem estar coletivo;
- Melhoria nas relações entre a Secretaria de Transporte, PCD e a comunidade.

Negativos:

- Possível aumento do valor das passagens dos ônibus;
- Possível complicação no trânsito.

3. Estimular iniciativas comunitárias autônomas relacionadas com a prática esportiva e de lazer por PCD.

Positivos:

- Produzir juízos de valor e formular escolhas reconstruindo-se para fazer frente a novos desafios através de deliberações coletivas;
- Aumento da interação das famílias no contexto social e comunitário;
- Mobilização em torno de novas conquistas para o local;
- Mobilização das maiorias em prol das minorias.

Negativos:

- Conflito com outras iniciativas comunitárias.

Seguindo a linha filosófica de Bauman (1998) que considera a capacidade de conviver com a diferença, de gostar dessa vida e beneficiar-se dela, uma arte que não é fácil de adquirir e não se faz sozinha, ao contrário requer estudo, exercício e construção da identidade, um projeto socioesportivo deve contribuir para a inclusão das PCD. Deve, portanto, possibilitar que as mesmas desenvolvam habilidades que potencializem sua capacidade de participar ativamente da vida em sociedade, por meio da otimização da oferta das atividades de esporte e lazer nas vilas olímpicas e parques de lazer da Prefeitura do Rio de Janeiro. Para atingir este objetivo, deve deixar de existir turmas especiais, em projetos, e as PCD devem fazer parte das atividades das turmas regulares, tanto em modalidades como eventos. Para tal deve ocorrer treinamentos específicos dos professores destas turmas com profissionais experientes em realização de atividades com PCD e troca de experiência com os profissionais que hoje atendem a estas turmas.

Também devem ser oferecidas turmas de transição para aqueles que ainda não estiverem aptos à frequentar as turmas regulares, devido ao nível de comprometimento em sua deficiência específica. Nas turmas de transição, o beneficiário deve permanecer até que, segundo avaliação do professor (já capacitado para tal), em conjunto com o fisioterapeuta, concordando que o nível de comprometimento não interferirá na inclusão nas turmas regulares.

No que se refere ao estímulo da diversificação das atividades, baseado no treinamento que os profissionais receberão, os professores deverão propor atividades variadas mantendo as características de esporte, no entanto adaptando-as para que os alunos com deficiência se sintam estimulados a participar e em condições de igualdade com os outros. Estes devem também possibilitar a percepção das dificuldades enfrentadas pelas PCD. Além disso, o professor deverá sondar os alunos sobre atividades de esportes, cultura e lazer que eles gostariam de vivenciar, organizando o que for preciso para que, uma vez por mês seja realizada.

Objetivando viabilizar o acesso aos equipamentos esportivos e de lazer deve-se estabelecer uma rede social. Ou seja, um padrão de organização formado por elementos autônomos, com objetivos definidos, que cooperam entre si, envolvendo as Secretarias dos Governos do Estado e municípios, as empresas de ônibus, associações de moradores, pessoas com deficiência e seus responsáveis (em caso de crianças e adolescentes). Além de entidades que atendam a estas, e afins, para facilitar o deslocamento dos alunos de suas casas até as vilas olímpicas. O serviço social deverá fazer contato com possíveis integrantes da rede e marcar reuniões com os envolvidos. Estas reuniões devem ocorrer uma vez por mês, tendo o

assistente social como facilitador, que irá propor ferramentas para a organização das ações, promovendo a participação democrática e, principalmente, ajudando o grupo a não perder os objetivos da rede de vista. Adalberto Barreto (2005), citado por Pedroza (2007), recomenda a utilização de terapias comunitárias, para projetos socioesportivos, estruturadas nas seguintes etapas:

- Acolhimento - processo de integração do grupo, descontraindo as pessoas com dinâmicas corporais lúdicas e estabelecendo algumas regras, tais como: fazer silêncio para ouvir o outro, falar da própria experiência na primeira pessoa, não dar conselhos, fazer discurso ou sermões.
- Escolha do Tema - é aberto o espaço para as pessoas exporem as questões que querem trabalhar identificando o foco do grupo que escolhe o tema a ser aprofundado.
- Contextualização - uma pessoa relata sua história e o grupo se envolve fazendo perguntas.
- Problematização - após as pessoas estarem bem identificadas e envolvidas com o tema, é lançada uma pergunta-chave, o “mote”, que permitirá a reflexão do grupo durante a terapia, neste momento as pessoas partilham suas próprias vivências relacionadas ao tema.
- Rituais de Agregação e Fechamento - o grupo se levanta e forma uma roda bem fechada, o terapeuta agradece a confiança e faz uma breve devolução dando uma conotação positiva às histórias relatadas e as pessoas podem relaxar no abraço solidário do grupo.
- Avaliação - após as despedidas, o terapeuta reflete, internamente, a respeito de cada etapa da sessão na fase de avaliação

CONCLUSÃO

A proporção de PCD, moradores da cidade do Rio de Janeiro, em relação ao número de atendidos por alguma atividade socioesportiva em Parques e V.O., é preocupante. Na AP 5, por exemplo, o nº total de PCD corresponde à 222.361, enquanto são atendidos somente 802, de uma maneira geral. Na AP 3, o quadro se agrava, no qual se observa que das 349.034 PCD, apenas 434 são atendidas. Pode-se perceber também uma maior escassez na oferta de atividades, como observado na AP 5, que possui 6 Vilas Olímpicas, porém, dos 149.671

deficientes visuais, apenas 18 são beneficiados. O fato da AP 2 e AP 4 não possuírem Vilas Olímpicas e Parques, consistirá em um planejamento, futuro, de redistribuição das PCD, dessas áreas, para as demais.

Tendo em vista a grande quantidade de PCD (828 mil) no município do Rio de Janeiro, segundo o Censo Demográfico do IBGE, de 2000, e que apenas 1.612 destas pessoas são atendidas, o estudo concluiu que a implantação de projetos e programas sociais de esporte e lazer, com a perspectiva de inclusão social para PCD, se faz urgente.

Considerando que a maior parte das pessoas com deficiência possui um baixo poder aquisitivo uma vez que a renda familiar per capita é de até 2 salários mínimos, a facilitação do acesso e uma melhor oferta de atividades nos equipamentos públicos é de vital importância para promoção da inclusão, sendo este o foco de atuação deste projeto, que irá ao encontro das diretrizes das políticas públicas do município do Rio de Janeiro conforme pode ser observado a seguir na cadeia de planejamento.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. de F. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**. Brasília - v. 12 - n. 1 - p. 77-84. 2004.

BANDEIRA, L. **Projetos esportivos de Vilas Olímpicas**. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/08/09/materia.2007-08-09.8143977210/vie w>> Acesso em: 13 abr. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

MELO, A. C. R.; LOPEZ, R. F. A. . O Esporte Adaptado. **Revista Digital** – Buenos Aires – Año 8 - N° 51 - Agosto de 2002.

PEDRINELLI, V. J. **A atividade física adaptada no continente sul-americano**. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inicio.htm>> Acesso em: 13 abr. 2018.

PEDROZA, Mariano Gomes. **Análise bioenergética e terapia comunitária: rumo a uma expansão paradigmática americana**. Dezembro 2007 p.1-30. Disponível em: <http://www.ligare.psc.br/arquivos/mariano_pedroza_pdf.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

ROCHE, Chris. **Avaliação do impacto dos trabalhos de ONGs**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SMEL, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. **Relatório das Vilas Olímpicas e Parques do Projeto de Atividades Físicas Adaptadas da SMEL**, 2008.

TUBINO, M. J. G. **O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias.** São Paulo: Ibrasa, 1996.